



Grant Thornton

18/janeiro/2018


À: Sercomtel Iluminação S.A.

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL-2522/2018

Prezado senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^a. as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 da Sercomtel Iluminação S.A., acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,


Josnei F. Dagort
Sócio



Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luís Carlos Berini, 105 –
Edifício Berrini One - 12º andar – Parque das
Monções
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Sercomtel Iluminação S.A.
Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sercomtel Iluminação S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sercomtel Iluminação S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Concentração de clientes e receita

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis que indicam que na data do balanço em 31 de dezembro de 2017, que conforme previsto no contrato de delegação para prestação dos serviços de manutenção, expansão, melhoria e operação do sistema de iluminação pública viária e ornamental da cidade de Londrina, as atividades da Companhia estão integralmente concentradas para atendimento ao município de Londrina, no qual é determinado a dependência financeira e operacional da respectiva quanto ao cumprimento do contrato por parte da Prefeitura municipal de Londrina.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de janeiro de 2017, e não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 18 de janeiro de 2018.



Marcello Palamartchuk
CRC 1PR-049038/O-9



Josnei F. Dagort
CT CRC 1PR -054.116/O-8

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP 034.766/O-0

Sercomtel Iluminação S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.609	812
Estoques	5	1.281	1.927
Impostos a recuperar		1	290
Outros créditos		28	13
Total do ativo circulante		<u>2.919</u>	<u>3.042</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	1.359	1.783
Intangível	7	14	14
		<u>1.373</u>	<u>1.797</u>
Total do ativo		<u><u>4.292</u></u>	<u><u>4.839</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		163	876
Obrigações sociais	7	354	291
Obrigações tributárias	8	117	48
Partes relacionadas	9	136	400
Outras obrigações		1	-
Total do passivo circulante		----- 771	----- 1.615
Patrimônio líquido	11		
Capital social		1.300	1.300
Reserva legal		215	186
Reserva de lucros		2.006	1.738
		----- 3.521	----- 3.224
Total do passivo e patrimônio líquido		----- <u>4.292</u>	----- <u>4.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida		11.002	8.471
Custos dos serviços prestados	12.1	(7.129)	(6.652)
Resultado operacional bruto		3.873	1.819
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12.2	(3.130)	(1.488)
Outras receitas/ (despesas)	12.4	3	(37)
Resultado operacional líquido		746	294
Despesas financeiras	12.3	(30)	(6)
Receitas financeiras	12.3	109	380
Resultado financeiro líquido		79	374
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		825	668
Provisão para imposto de renda	10	(178)	(143)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	10	(74)	(60)
Lucro líquido do exercício		<u>573</u>	<u>465</u>
Lucro por lote de 1.000 ações		0,44	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.300	163	3.096	-	4.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	465	465
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	23	-	(23)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(1.690)	(110)	(1.800)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	332	(332)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.300	186	1.738	-	3.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	573	573
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	29	-	(29)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(140)	(136)	(276)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.300	215	2.006	-	3.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações do resultado abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	573	465
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>573</u>	<u>465</u>
Lucro por ações (Lote de 1.000 ações)	0,44	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	573	465
Depreciação e amortização	446	325
Baixas ocorridas no ativo imobilizado	8	-
Resultado ajustado	<u>1.027</u>	<u>790</u>
Varição em		
Clientes	-	1.709
Estoques	646	(1.762)
Impostos a recuperar	289	(269)
Outros créditos	(15)	-
Depósitos judiciais	-	892
Fornecedores	(713)	758
Obrigações sociais	63	96
Obrigações tributárias	69	(1.502)
Outras obrigações	1	542
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>1.367</u>	<u>1.254</u>
Atividades de investimento		
Aquisições no imobilizado	(30)	(2.107)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	<u>(30)</u>	<u>(2.107)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(540)	(1.800)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	<u>(540)</u>	<u>(1.800)</u>
Aumento (redução) líquida da atividade financiamento	<u>797</u>	<u>(2.653)</u>
Disponibilidade no início do exercício	812	3.465
Disponibilidade no fim do exercício	1.609	812
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>797</u>	<u>(2.653)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração do valor adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas	12.721	9.893
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.661	9.881
Outras receitas	60	12
Insumos adquiridos de terceiros	5.994	5.657
Materiais aplicados na prestação de serviço	2.707	847
Custos dos serviços prestados	1.245	3.752
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.042	1.057
Valor adicionado bruto	6.727	4.236
Depreciação e Amortização	412	317
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.315	3.919
Valor adicionado recebido em transferência	109	380
Receitas financeiras	109	380
Valor adicionado total a distribuir	6.424	4.299
Distribuição do valor adicionado	6.424	4.299
Pessoal	3.162	2.052
Remuneração direta	2.401	1.696
Benefícios	578	226
F.G.T.S.	183	131
Impostos, taxas e contribuições	2.659	1.779
Federais	2.097	1.271
Estaduais	10	14
Municipais	552	494
Remuneração de capitais de terceiros	30	2
Juros	30	2
Remuneração de capitais próprios	573	465
Lucros retidos	573	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sercomtel Iluminação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, tendo como objeto social:

- a) Operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental;
- b) Planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) Montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas (inclusive semáforos), rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) Oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se de tecnologias de informação e telecomunicações;
- e) Comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) Prover operação e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) Participar de Sociedade de Propósito Específico (SPE);
- h) Participar de sociedades, empresas, consórcio e afins correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional.

A Companhia atua de forma integrada (compartilhada) com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

Em meados de 2014, considerando estudos financeiros, premissas operacionais, fundamentações jurídicas e o sancionamento da Lei Municipal nº 12.194, de 07.11.2014, foi delegado à Sercomtel Iluminação S.A. os serviços de manutenção, expansão e implementação da iluminação pública, viária e ornamental, da cidade de Londrina. Conforme previsto na referida lei e contrato de delegação para prestação dos serviços de manutenção, expansão, melhoria e operação do sistema de iluminação pública viária e ornamental da cidade de Londrina, firmado entre a Sercomtel Iluminação S.A. e a Prefeitura Municipal de Londrina, o pagamento ocorrerá por meio de Contraprestação Mensal Efetiva (CME) e o prazo de delegação previsto na Lei Municipal nº 12.194, de 07.11.2014 do serviço será de 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, mediante autorização legislativa. Porém o contrato firmado entre a partes em tem vigência de 60 meses a contar 1º de julho de 2015.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de janeiro de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota nº 6** – Estoques (provisão para perda de estoques);
- **Nota nº 7** – Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota nº 15** – Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

b) Operações no exterior

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar.

4.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menos valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a venda.

4.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos

4.6. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

4.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e nos riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4.10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. E a Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a) IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

b) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços.

A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e contas bancárias	5	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.604	809
Total	1.609	812

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas à taxa de 99% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

6. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 1.281 e R\$ 1.927, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	27	(4)	23	15
Equipamentos de informática	20	165	(43)	122	118
Equipamentos eletrônicos	20	20	(3)	17	46
Veículos	20	1.825	(710)	1.115	1.519
Móveis e utensílios	10	43	(5)	38	47
Ferramentas e acessórios	20	52	(8)	44	38
Total		2.132	(773)	1.359	1.783

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

b) Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

c) Movimentação do imobilizado

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	15	2	-	8	(2)	23
Equipamentos de informática	118	13	(2)	27	(34)	122
Equipamentos eletrônicos	46	1	(6)	(25)	1	17
Veículos	1.519	-	-	-	(404)	1.115
Móveis e utensílios	47	12	-	(18)	(3)	38
Ferramentas e acessórios	38	2	-	8	(4)	44
Total	1.783	30	(8)	-	(446)	1.359

8. Obrigações sociais

	2017	2016
INSS a recolher	65	73
FGTS a recolher	-	21
Outras obrigações com pessoal	14	25
Provisão para férias	205	124
Provisões para encargos sobre férias	70	48
Total	354	291

9. Obrigações tributárias

	2017	2016
PIS a recolher	14	8
COFINS a recolher	65	38
Imposto de renda a recolher	25	-
Contribuição social a recolher	12	-
ISS a recolher	1	2
Total	117	48

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Lucro contábil antes do IR e da CSLL	825	668	825	668
Lucro real e base de cálculo (tributável)	825	668	825	668
Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	124	100	74	60
. Adicional do IRPJ (10%)	58	43	-	-
. (-) Dedução PAT	(4)	-	-	-
Valor debitado ao resultado	178	143	74	60
Alíquota efetiva IR e CSLL	22%	21%	9%	9%

10. Partes relacionadas

As transações realizadas com as partes relacionadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A.:

	2017	2016
Suporte Corporativo – Sercomtel S.A. Telecomunicações	-	126
Dividendos a pagar – Sercomtel Participações S.A.	136	400
	136	526

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla honorários e remuneração dos diretores. O total de gastos com remuneração direta totalizou em 2017, R\$ 289.311 (em 2016, R\$ 410.835), e encontra-se registrado na rubrica despesas administrativas.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.300.000, representado por 1.300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A distribuição das ações do capital subscrito está assim representada:

	Quantidade de ações	Participação
Sercomtel Participações S.A.	1.300.000	100%

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

Conforme determina o Artigo 28 do estatuto social, a Companhia distribuirá, em cada exercício social, pelo menos 25% do lucro nele apurado, obedecidas as disposições da Lei nº 6.404 de 1976. Em 2017, a Administração da Companhia propôs a distribuição de lucro no montante de R\$ 136, para deliberação da Assembléia da Companhia (R\$ 1.940, em 2016), conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	573	465
(-) Reserva legal - 5%	(29)	(23)
Base de cálculo	544	442
Dividendos obrigatórios - 25%	(136)	(110)
Dividendos adicionais	(140)	(1.690)
Dividendos propostos	(276)	(1.800)

Os dividendos distribuídos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigações no passivo, conforme movimentação:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	400	-
Dividendos propostos	276	1.800
Dividendos pagos	(540)	(1.400)
Em 31 de dezembro	136	400

d) Reserva de lucros

Nos termos dos Artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados a constituição de reserva de lucros.

12. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita com serviços prestados	12.661	9.881
(-) Deduções		
PIS	(198)	(164)
COFINS	(910)	(752)
ISS	(551)	(494)
Total	11.002	8.471

13. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza destas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

13.1. Custo dos serviços prestados

	2017	2016
Pessoal e encargos	2.823	1.914
Serviços de manutenção	-	1.460
Suporte corporativo	-	917
Cooperação técnica	335	885
Consultoria em software	162	-
Material aplicado	2.787	617
Call center	386	297
Outros custos	256	274
Depreciação e amortização	380	288
Total	7.129	6.652

13.2. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Pessoal e encargos	1.061	711
Aluguel	745	116
Consultoria em software	62	128
Conselho fiscal	49	61
Suporte corporativo	572	22
Cooperação técnica	409	-
Comunicação e marketing	-	165
Contabilidade e auditoria	33	100
Outras despesas	167	161
Depreciação e amortização	32	24
	3.130	1.488

14. Resultado financeiro

	2017	2016
Juros, multas e descontos pagos	(18)	(3)
Despesas bancárias e IOF	(12)	(3)
Total das despesas financeiras	(30)	(6)
Rendimentos de aplicações financeiras	68	277
Multa contratual	24	103
Juros ativos e descontos recebidos	17	-
Total das receitas financeiras	109	380
Resultado financeiro líquido	79	374

15. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5)	1.609	812
Outros créditos	28	13
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota nº 17)	(163)	(876)
Partes relacionadas (Nota nº 10)	-	(400)
Outras obrigações	(1)	-
Total	1.473	(461)

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras;
- **Contas a receber de clientes/ fornecedores:** decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;
- **Adiantamentos a fornecedores/ outras contas a receber/ outras contas a pagar:** Decorrem de adiantamentos realizados/ recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia;
- **Créditos com acionistas controladores e coligados:** referem-se a saldos de empréstimos a receber/ pagar aos sócios da Companhia;
- **Empréstimos e financiamentos:** contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes riscos.

- **Risco de liquidez:** é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos;
- **Risco de mercado:** decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e taxas de juros.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais estão compostas conforme apresentados a seguir:

	Limite máximo Indenização – R\$ Mil
Riscos cobertos	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	10.000
Veículos	1.610
Seguro de vida em grupo	2.403
Total	14.013

* * *

Conselho de Administração

Hans Jürgen Müller

Presidente

Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun

Membro

Rosângela Miqueletti Martins de Oliveira

Membro

Flávio Luiz Borsato

Membro

Nilso Paulo da Silva

Membro

Conselho Fiscal

Celso Pozatto

José Carlos de Godoy

Diretoria

Hans Jürgen Müller

Diretor Presidente

Cláudio Espiga

Diretor de Operações

Luiz Shiroma

Diretor Administrativo e Financeiro

Wanley Xavier Junior

Contador – CRC PR 059.324/O-3

